

PIBIC
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
RELATÓRIO ~~PARCIAL~~ FINAL

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO PAULO
POR MEIO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO:
A “EMANCIPAÇÃO DOS COOPERADOS”

Vinculado ao projeto:

“Análise Crítica do Discurso: exploração da temática”

Professor Orientador: Mário Aquino Alves
Aluno: Marcus Vinícius Peinado Gomes

De acordo
[Assinatura]
São Paulo, 27/08/2004

São Paulo
Agosto
2004

SUMÁRIO

Introdução	3
<i>Referencial Teórico</i>	4
Emancipação.....	4
Desenvolvimento Local.....	15
<i>Metodologia</i>	20
Análise Crítica do Discurso.....	24
Contexto e o Discurso	26
A Inserção da Metodologia da ACD neste Trabalho.....	27
<i>Apresentação do Caso: A PMSP e seus Programas de Inclusão Social</i>	28
Os Programas.....	30
Renda Mínima	31
Bolsa Trabalho.....	31
Começar de Novo	32
Operação Trabalho	32
Capacitação Ocupacional	32
São Paulo Confia	32
Desenvolvimento Local.....	32
São Paulo Inclui.....	33
Oportunidade Solidária.....	33
<i>Entrevistas</i>	36
Seminários com o Secretário	37
Entrevista com os Coordenadores das Instituições Parceiras.....	39
Entrevista com os cooperados	41
<i>Análise do Discurso</i>	42
<i>Conclusão</i>	46
<i>Bibliografia</i>	47

Introdução

A Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), governada nestes últimos quatro anos (2001 – 2004) pelo Partido dos Trabalhadores, procurou desenvolver uma nova concepção de política pública, que nas palavras de seu principal articulador, o secretário Marcio Pochmann, procura “romper com a maneira tradicional de conceber e aplicar políticas sociais” (POCHMANN 2001, p:15). As políticas desenvolvidas buscaram

“criar um corpo de proteção social que, além de transferir rendas às camadas mais frágeis da população paulistana, crie condições para que os indivíduos e famílias saiam da situação de pobreza e risco social recuperando as rédeas de suas próprias vidas com dignidade.” (POCHMANN 2001, p: 15)

Dessa forma a PMSP procurou “incluir os excluídos”, na tentativa de criar condições para **emancipar** o indivíduo que vive em péssimas condições, esquecido pela administração pública direta. Assim foram formulados nove programas interligados que, além de transferir renda, visam emancipar o beneficiário.

É neste ponto que se faz necessária a pesquisa. Procuramos observar com olhos críticos os programas da Prefeitura, analisando se o seu discurso e sua prática estão em consonância, ou seja, se os beneficiários do programa estão “tomando as rédeas de suas próprias vidas”, isto é, emancipando-se.

Para tanto analisamos a constituição do programa, seus idealizadores e os atores que participam desta proposta, a partir da observação de como são construídas as relações entre estes atores, bem como os mesmo interagem.

Delineamos um conceito contemporâneo de emancipação a partir dos trabalhos de Zygmunt Bauman e Boaventura de Souza Santos, sempre ligados a Teoria Crítica. Desta forma a emancipação deve ser pensada dentro de uma perspectiva social, ligada a liberdade e cidadania.

A liberdade em nossa sociedade passou a ser alcançada institucionalmente, por meio de leis, perdendo a capacidade de realmente libertar os cidadãos, ganhando acepções

formalísticas, como trata Alberto Guerreiro Ramos, passando a cooptar os excluídos e retirando destes a possibilidade de uma autonomia *de facto*.

Neste cenário colocamos a discussão do desenvolvimento local, na medida que este é um possível articular para a revitalização do público, brigando por uma participação ativa do indivíduo, não somente no âmbito local de sua vida, mas também em esferas públicas nas quais as decisões são tomadas, é a retomada da cidadania pelo indivíduo.

Nos perguntamos então se o Programa Oportunidade Solidária é capaz de articular conflitos, revitalizar o público para assim trazer os indivíduos a emancipação.

Em todo este contexto, por meio da Análise Crítica de Discurso, procuramos analisar a prática e o discurso da PMSP, tentando observar sua consonância, não esquecendo o contexto social que permeia este projeto.

Partimos então para a apresentação das partes deste trabalho, começemos pelo referencial teórico, passando pela construção da metodologia de análise, para então apresentarmos a PMSP e seus programas de combate à exclusão, a condensação das entrevistas realizadas e por fim a análise do programa.

Referencial Teórico

Os dois conceitos mais importantes para o desenvolvimento deste trabalho são *emancipação* e *desenvolvimento local*. Tentaremos delinear um conceito contemporâneo de emancipação, ancorado em autores – Zygmunt Bauman, Boaventura de Souza Santos e Alberto Guerreiro Ramos - que “dialogam” com a Teoria Crítica de Horkheimer e Adorno. Em seguida, trataremos do conceito de Desenvolvimento Local, procurando integrá-lo à própria idéia de emancipação.

Emancipação

Uma boa definição de emancipação é essencial para uma análise Crítica do programa Oportunidade Solidária, uma vez que este se propõe à emancipação dos excluídos paulistanos.

A expressão emancipação teve originalmente uso na Roma antiga, intimamente ligada ao Direito Romano, referindo-se ao fato do filho tornar-se independente do pátrio poder (POGREBINSCHI, 2004).

Nas demais ciências sociais, o termo emancipação teve uma evolução diferente. Com Marx, o termo passou a ser considerado como o múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas com, conseqüentemente uma forma de associação compatível com a condição humana. Desta maneira a emancipação é a liberdade como autodeterminação coletiva no sentido de imposição do controle organizado e cooperado humano tanto da natureza como das condições sociais de produção. (BOTTMORE, 1983).

A Escola de Frankfurt, com seus expoentes principais Adorno e Horkheimer, observou a emancipação como o expurgo da tendência autoritária que a sociedade poderia apresentar, seria a liberdade de escolha, autonomia e da auto-afirmação humana, a luta contra a dominação em suas diversas formas assumidas pelo capitalismo e mantendo a visão de Marx de autodeterminação coletiva (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

A Teoria Crítica pretendia:

“desarmar e neutralizar, e de preferência eliminar de uma vez, a tendência totalitária de uma sociedade [...]. O principal objetivo da teoria crítica era a defesa da autonomia, da liberdade de escolha e da auto-afirmação humanas, do direito de ser diferente.” (BAUMAN, 2001, p: 34).

Podemos perceber que a emancipação sempre esteve ligada à liberdade, mas como está a liberdade em nossa sociedade? Para tentar responder a esta pergunta devemos primeiramente pensar em quais são as características desta sociedade.

Zygmunt Bauman (2001) analisa nossa sociedade como sendo a sociedade da modernidade líquida, fazendo uma metáfora aos conceitos das ciências naturais. Os três estados da matéria são o sólido, o líquido e o gasoso, a diferença entre esses estados é o resultado da distancia entre suas moléculas atômicas; o estado sólido, apresenta suas moléculas bem próximas, assim possui estabilidade em sua forma, já os líquidos possuem uma maior distância entre seus átomos, logo eles não conseguem manter sua forma constantemente,

assumem a forma do recipiente (sólido) que os contêm. Dessa maneira os líquidos são fluidos, pois não mantêm sua forma com facilidade, tornando o tempo primordial, uma vez que sua forma pode variar ao longo do tempo, o espaço é aquele que “preenchem apenas por um momento”; diferentemente o tempo é quase irrelevante para os sólidos, pois suas dimensões espaciais claras permanecerão constantes ao longo desta variável.

Com esta metáfora podemos perceber dois períodos da modernidade, a modernidade sólida caracterizada pela racionalidade instrumental, por uma visão territorial do espaço, marcada pelas questões éticas, políticas e culturais e principalmente pela certeza. Já a modernidade líquida é marcada pelas formas flexíveis de organização e interação social, pela incerteza, pelo “desaparecimento” das ponderações culturais, éticas e políticas e principalmente pela individualização (BAUMAN, 2001).

Esse novo momento da modernidade visa, ou visava, derreter os sólidos, repudiando o passado, principalmente a tradição, essa liquefação não seria para limpar de uma vez os sólidos que prendiam o ser humano, mas para limpar o caminho para “novos e aperfeiçoados sólidos”, isso se torna necessário pois os antigos sólidos já estavam velhos, desgastados, quase sem utilidade. A construção de novos sólidos objetivava inventar “sólidos de solidez *duradoura*” (BAUMAN, 2001, p: 10, grifo original), que pudéssemos confiar, deixar o mundo administrável.

“Derreter os sólidos significava, antes e acima de tudo, eliminar as obrigações “irrelevantes” que impediam a via do cálculo racional dos efeitos” (BAUMAN, 2001, p: 10). O derretimento deixa progressivamente a economia livre das tradicionais questões culturais, políticas e éticas. Sedimentando uma nova ordem definida em termos econômicos.

Esta nova ordem é mais flexível e duradoura que a anterior, porém é também mais sólida, não no sentido de inflexível, mas sim no sentido de inabalável, pois não pode ser atingida por nenhuma ação que não seja econômica. Isso não significa que a nova ordem econômica tenha colonizado e convertido a seus propósitos a vida social, mas

“veio a dominar a totalidade da vida humana porque o que quer que pudesse ter acontecido nessa vida tornou-se irrelevante e ineficaz no que diz respeito à implacável e contínua reprodução dessa ordem.”
(BAUMAN, 2001, p: 11).

A nova ordem não está aberta a opção, ela é livre, volátil, mas sua relação entre si mesma e a vida humana é rígida.

Diferentemente do que se pensa essa rigidez não se originou de uma ditadura, ou escravidão, ela surgiu do derretimento das algemas que se supunha prender a liberdade individual de escolher e agir. Essa rigidez é proveniente da desregulamentação, da liberalização da flexibilização.

“Na verdade, nenhum molde foi quebrado sem que se fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar.”
(BAUMAN, 2001, p: 13).

A desintegração da rede social o fracasso das “agências efetivas de ação coletiva” são vistas como conseqüências dessa fluidez do poder, cujas ferramentas principais são a fuga e o desengajamento. (BAUMAN, 2001, p: 21-2).

A sociedade em que viviam os primeiros pensadores da Teoria Crítica era a modernidade sólida, condensada e sistêmica, e pior ainda, com tendência ao totalitarismo (não esqueçamos que Adorno e Horkheimer escrevem a *Dialética do Esclarecimento* ao final da segunda guerra mundial). Já a sociedade da modernidade líquida é leve, fluida capilar e em rede. (BAUMAN, 2001).

O que torna essa modernidade tão diferente das outras formas de convívio humano é sua constante e sempre incompleta modernização, opressiva e sempre necessária sede de limpar o lugar em favor do novo e aperfeiçoado, é assim que esta modernidade impõe uma mudança na crença da modernidade sólida.

É “a desregulamentação a privatização das tarefas e deveres modernizantes.” (BAUMAN, 2001, p: 38). Assim o que era tarefa da razão humana passa a ser do indivíduo, com seus próprios recursos e energia.

Assim as esperanças de mudanças são transpostas da sociedade para o indivíduo e a modernidade líquida se livra “de seus deveres “emancipatórios”, exceto o dever de ceder a questão da emancipação às camadas média e inferior, às quais foi relegada a maior parte do peso da modernização contínua.” (BAUMAN, 2001, p: 38).

A individualização é marca característica desta nova modernidade, individualização esta que muda sempre junto com o incessante processo de modernização, ela sempre assume novas formas, conforme seus resultados acumulados corroem suas “regras herdadas”.

A nova individualização é diferente do que se entendia há cem anos, hoje a

“individualização consiste em transformar a “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das conseqüências (assim como os efeitos colaterais) de sua realização.” (BAUMAN, 2001, p: 40).

Boaventura de Souza Santos (2000) ao observar a nossa sociedade também vê características similares, não chama a nossa modernidade de líquida, porém observa a também fluidez do poder, que discutiremos adiante, e o desengajamento de maneiras diferentes.

Ambos são resultados uma sociedade com apenas uma vertente do conhecimento, a ciência; instrumentalizante com tanta credibilidade que chega em alguns momentos a ocultar e neutralizar a sua deficiência, assim suas soluções técnicas “não nos incentivam a pensar o futuro, até porque elas próprias deixaram de o pensar há muito tempo.” (SANTOS, 2000, p: 331).

Este desengajamento também é proveniente da falsa sensação de liberdade que esta sociedade cria. É o distanciamento do mundo das relações sociais do mundo do direito

codificado, este distanciamento provoca uma regulação social que se transforma em senso comum, sendo também a única fonte de liberdade reconhecida. (SANTOS, 2000).

Esta separação entre a liberdade criada pelas leis e uma liberdade real cria uma diferenciação entre a autonomia *de jure*, liberdade jurídico-insitucional, e a autonomia *de facto*¹, uma liberdade real. O indivíduo na modernidade líquida atinge sua autonomia *de jure*, porém está não é transformada em autonomia *de facto* (BAUMAN, 2001; SANTOS 2000).

O efeito deste abismo dentro da autonomia é que os riscos continuam a ser socialmente produzidos, porém a necessidade e o dever de enfrentá-los é que está sendo individualizado. (BAUMAN, 2001). Dessa forma o indivíduo já se sente livre não necessitando mais pensar na sua emancipação, porém ele não percebe que esta liberdade *de jure* continua a exercer-lhe as relações de poder e desigualdade.

Outro efeito desta cisão é que os problemas dos indivíduos não conseguem se fundir e formar uma “totalidade que é maior que as partes” (BAUMAN, 2001), os problemas não conseguem ser coletivizados, e o indivíduo se torna o pior inimigo do cidadão. Este quer buscar o bem-estar por meio do bem-estar da sociedade, enquanto o indivíduo sobrecarrega o espaço público de suas preocupações, se considerando o único legítimo a atuar nesta esfera e tudo o mais é expulso do discurso público. Desta maneira o público é colonizado pelo privado.

O abismo entre o sujeito *de jure* e o *de facto* é o principal veneno para o esvaziamento do espaço público, este que deve ser entendido como o lugar “onde os problemas privados são traduzidos para a linguagem das questões públicas e soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociados e acordadas.” (BAUMAN, 2001, p: 49).

Podemos observar que a ruptura entre a liberdade *de jure* e a liberdade real, tem proximidades com o conceito de formalismo defendido por Guerreiro Ramos (1983). O formalismo tem início no processo de formação de nossas instituições político-administrativas; como a transplantação literal e mecânica de instituições estrangeiras foi

¹ Os termos liberdade *de jure* e *de facto* são terminologias utilizadas por Bauman (2001).

marcante, a cópia de modelos internacionais para a formação de um modelo nacional, muitas vezes não considerou as particularidades histórico-sociais de nossa nação, salientando uma característica de nossa sociedade o formalismo (GUERREIRO RAMOS, 1983). Este conceito nasce da não adaptação das normas transplantadas, para o quadro institucional brasileiro, às peculiaridades de nossas relações sociais.

Pode ser caracterizado como “a discrepância entre a conduta concreta e as normas prescritas que se supõe regulá-la.” (GUERREIRO RAMOS, 1983, p.311). Portanto é a separação do mundo do direito do mundo das relações sociais que abre espaço para o formalismo. Esta dualidade, a prática (relações sociais) versus o normativo (o mundo das leis), dá lugar ao clientelismo, favoritismo, entre outras formas de favorecimento social, dando ao formalismo acepções estratégicas: 1) formalismo como estratégia para absorver conflitos sociais; 2) como estratégia a serviço da mobilidade social vertical ascendente (GUERREIRO RAMOS, 1983); entres outras, não menos importantes, mas desnecessárias, neste trabalho.

O formalismo como estratégia para absorver conflitos sociais e a serviço da mobilidade social vertical ascendente; diante da incapacidade da economia brasileira de absorver a mão-de-obra disponível no mercado, criando massas de excluídos, a burocracia nacional tem como papel absorver parte deste excedente populacional, quer seja na forma de funcionários públicos, que em muitos departamentos não trabalham ou simulam que trabalham, quer seja pela ação de programas assistencialistas que transferem renda para a população, sendo assim em ambos os excluídos são absorvido pelo poder público, portanto representa uma forma de cooptação da estrutura social, desta parte da população, que poderia prejudicar a estabilidade social.

A cooptação leva a uma mobilidade social vertical, pois o desempregado passa à condição de empregado, ou o esquecido passa a assistido (GUERREIRO RAMOS, 1983).

É neste sentido que muitas políticas públicas de inclusão social embora tenham a intenção de emancipar os cidadãos, elas podem acabar reforçando a situação de dependência ou apenas enfrentando uma parcela do problema, é claro que o dinheiro ejetado na região, na forma de bolsas, irá fomentar crescimento e melhorias sociais, mas nunca na proporção

necessária para a incorporação destes bolsistas, eles continuarão a depender da transferência do Estado.

Logo a Teoria Crítica assume a tarefa de defender o envenenamento do domínio público, inclusive reequipar, e repovoar o espaço público (BAUMAN, 2001, p: 49).

O espaço público para os indivíduos não é nada a mais que um espaço para jogar suas aflições privadas, sem transformá-las e sem adquirir novas facetas coletivas. Assim os indivíduos *de jure* fazem sua viagem aos espaços públicos diariamente e retornam reforçados de sua autonomia *de jure* e felizes, pois todos os outros “indivíduos *de jure*” têm a mesma vida. (BAUMAN, 2001)

“E assim o espaço público está cada vez mais vazio de questões públicas. Ele deixa de desempenhar sua antiga função de lugar de encontro e diálogo sobre problemas privados e questões públicas. Na ponta da corda que sofre as pressões individualizantes, os indivíduos estão sendo, gradual mas consistentemente, despidos da armadura protetora da cidadania e expropriados de suas capacidades e interesses cidadãos.” (BAUMAN, 2001, p: 50).

Diante desta perspectiva, percebemos que o indivíduo *de jure* só se tornará um indivíduo *de facto* se antes se tornar um cidadão. Lembramos aqui que indivíduo *de facto* é aquele que controla os recursos indispensáveis à genuína autodeterminação. Não há indivíduos *de facto* sem uma sociedade autônoma, e “a autonomia da sociedade requer uma auto-constituição deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros.” (BAUMAN, 2001, p: 50).

A idéia de liberdade sempre esteve ligada, em termos marxistas, a dominação e ao poder (BOTTOMORE, 1983 e ADORNO E HORKHEIMER, 1985), é justamente contra estes que a emancipação se faz necessária na Teoria Crítica (ADORNO e HORKEIMER, 1985 e SANTOS, 2000 e BAUMAN, 2001 e BOTTOMORE, 1983). Assim é importante pensarmos o que vem a ser o poder:

“Poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual” (SANTOS, 2000, p. 266). É uma relação social porque só se é mantida graças a sua capacidade de reproduzir desigualdades. Visto desta maneira

as desigualdades caminham juntas, a desigualdade material está intimamente ligada à educação desigual, a desigualdade da capacidade de representação e a “desigualdade de oportunidades e de capacidade para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas”. (SANTOS, 2000, p. 267).

Observar uma relação de poder é avaliar até que ponto, e de que forma, ela afeta as condições, escolhas e trajetórias de vida das pessoas ou grupos, as relações de poder que estabelecem as desigualdades, também estão em cadeia e não isoladas, embora o observador sempre analise o elo mais próximo e este não é necessariamente a desigualdade que mais afeta a vida do indivíduo (SANTOS, 2000).

Podemos observar dois processos em torno desta questão, são visões de relações de poder, como aqui expostas, que se complementam. A primeira mostra que o poder é intrinsecamente distributivo, como ele é exercido e formado em cadeias “de relações de poder que se reforçam ou se neutralizam entre si, a troca desigual é, geralmente, o resultado final de uma distribuição desigual de trocas iguais (ou aproximadamente iguais).” (SANTOS, 2000, p: 267).

Um casal de trabalhadores pertencentes a mesma minoria étnica está exposto a diferentes relações de poder, vejamos; são iguais (ou mais iguais) se observamos as relações enquanto trabalhadores e enquanto pertencentes a mesma etnia, mas são desiguais (ou menos iguais) na relação entre sexos. Porém ao se relacionarem com trabalhadores do sexo masculino ou feminino a uma nova combinação de relações de poder. E desta forma a relação sexista fica amenizada diante da desigualdade de base étnica. Podemos estender o pensamento e pensar nas relações quanto passamos a observar os padrões e assim por diante. Assim as desigualdades se reforçam ou se neutralizam criando uma distribuição de desigualdades (SANTOS, 2000).

O segundo processo está ligado ao fato das cadeias de poder serem distributivas, como acabamos de ver, elas acabam fixando limites como também abrindo novos caminhos. Como as relações de poder quando integradas em cadeias elas nunca se sobrepõem uma

sobre a outra, assim elas numa mesma situação de exercício de poder elas se misturam assimetricamente com características inibidores e permissoras (SANTOS, 2000).

Um trabalhador luta por salários melhores, porém não considera justo uma mulher ter a mesma remuneração, desse modo ele exerce poder de classe na maneira de abertura de novos caminhos, porém na relação sexista exerce como fixação de limites. A mulher trabalhadora por sua vez também luta por melhores remunerações, mas não aceita unir-se aos homens trabalhadores nesta luta, assim a desigualdade sexista, que também está agindo sobre ela, está exercida como abertura de novos caminhos, e a relação de classes como fixação de limites. Desta maneira conforme o contexto a cadeia de poder é inibidora, na medida que o homem não aceita as mesmas condições para as mulheres, e abertura de novos caminhos, quando as mulheres se unem para lutar por uma causa. (SANTOS, 2000).

Quando percebemos esta relação de poder em forma de cadeias distribuídas, ora possibilitando novos caminhos e hora inibindo, o afastamento da “dominação” só será possível quando as mais diversas relações de poder estiverem todas convergindo para a abertura de novos caminhos.

A Teoria Crítica deve sempre sustentar uma emancipação em condição com as relações de poder, nesta situação as relações emancipatórias devem criar um número cada vez maior de relações cada vez mais iguais (iguais com a ambição de serem igualitárias e não iguais no sentido de horror ao diferente).

“Só através do exercício cumulativo das permissões ou capacitações tornadas possíveis pelas relações de poder (como abertura de novos caminhos) se torna viável deslocar as restrições e alterar as distribuições, ou seja, transformas as capacidades que reproduzem o poder em capacidade que o destroem.” (SANTOS, 2000, p:269).

Se libertar das relações de poder é construir diversas relações emancipatórias que sempre busquem novos caminhos. Porém como construir essas relações emancipatórias quando a liberdade foi dividida.

Como discutimos a liberdade *de jure* já foi atingida pela maioria das pessoas em nossa sociedade, a classe média já teve a sua libertação institucional (BAUMAN 2001 e SANTOS, 2000), criando assim uma apatia nestas camadas da sociedade, pois acreditam que já são livres e não sofrem mais relações de poder que os subjuguem. A regulação social canibalizou a emancipação na medida que a liberdade *de jure* foi se ampliando na sociedade. A regulação não precisa mais ser efetiva para vigorar por que a subjetividade não é mais capaz de conceber e desejar além desta regulação.

Perante esta situação de esvaziamento o único caminho para pensarmos um futuro é a utopia (SANTOS, 2000). Uma utopia realista, concebida pela exploração imaginária de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, “em nome de algo radicalmente melhor por que vale a pena lutar e que a humanidade tem direito” (SANTOS, 2000, p: 332). A utopia entendida desta maneira, como elaborada por Boaventura, é observar o que não existe como parte do que existe, só por que não conseguimos pensar em alguma solução diferente ainda não quer dizer que ela não exista (SANTOS 2000 e 2001). É uma utopia que concebe o novo por construções parciais da realidade, portanto não é uma utopia impossível é uma nova maneira de pensar e abrir novos caminhos emancipatórios.

O desengajamento provocado pela separação da liberdade e pela eficiência da técnica deve ser combatido pela Teoria Crítica, assim é sua função dissolver o hiato entre *de jure* e *de facto*, redesenhar o lugar de debate e encontro, de negociação do privado e público. A emancipação tem agora o significado de ligar o abismo entre “a realidade do indivíduo *de jure* e as perspectiva do indivíduo *de facto*”. (BAUMAN, 2001, p: 51).

Portanto devemos pensar uma emancipação que transforme a autonomia do indivíduo *de jure* em *de facto*, mas para isso ela deve reacender a esfera pública, o poder público, deve lutar considerando as cadeias de relações de poder, e a individualização. Ela deve utilizar-se da utopia para pensar um projeto emancipador.

Uma destas possibilidades é o desenvolvimento local, concebido como uma alternativa à racionalidade burguesa, que procura a revitalização do público, brigando por uma participação ativa do indivíduo, não somente no âmbito local de sua vida, mas também em esferas públicas nas quais as decisões são tomadas, desta forma ele coloca a autonomia *de*

jure em confronto com a autonomia *de facto*, é a retomada da cidadania pelo indivíduo, este lutando contra o poder do capitalismo.

Desenvolvimento Local

Tentaremos dar seqüência a discussão apresentando o Desenvolvimento Local por meio do diálogo de dois autores, Boaventura de Souza Santos e Francisco de Oliveira, estes autores não possuem um única visão de desenvolvimento local, apresentam sérias divergências porém no presente trabalho procuramos expor as idéias em comum, os “consensos” do desenvolvimento local, para então discutirmos seu caráter emancipador.

A idéia de desenvolvimento alternativo, incluindo o local, o pensamento associativista, e até mesmo a rejeição da idéia de desenvolvimento econômico são críticas a hegemonia capitalista. Assim precisamos desenvolver essas críticas, pois: (a) A sensação de conformismo com a dominação imposta pela ideologia dominante é tão grande que fez essas alternativas não serem mais discutidas (desengajamento como vimos na questão da emancipação), porém nos últimos anos isso mudou, a globalização neoliberal foi posta em xeque, necessitando uma “urgência em formular alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica” (SANTOS, 2002, p: 24). (b) As alternativas ao sistema capitalista dada pelos países socialistas totalitários não é mais desejável, sendo que “a viabilidade de tais alternativas, pelo menos a curto e médio prazo, depende em boa medida da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo.” (SANTOS, 2002, p: 25).

O conceito de desenvolvimento local para Santos (2002) está ligado ao seu conceito utopia, alternativas “suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis” (SANTOS, 2002, p: 25)

De OLIVEIRA (2001) também conceitua o Desenvolvimento como alternativo, pois caso contrário reproduzirá as relações de dominação existentes no sistema capitalista.

Assim cabe perguntar: alternativo a quê?

Além de tentar se alternativo aos pontos colocados ao formulamos um conceito contemporâneo de emancipação (liberdade *de jure* X liberdade *de facto*, privatização do público), podemos levantar três problemas na economia capitalista: 1) O capitalismo produz sistematicamente desigualdades; 2) A concorrência gerada pelo mercado capitalista empobrece as relações sociais, que ficam calcadas no benefício individual ao invés de solidariedade; 3) A grande exploração natural começa a ameaçar a perpetuabilidade de vida na Terra (SANTOS, 2002).

Alternativas a hegemonia vigente não precisam abordar essas três críticas, nem uma exclui a outra, também não são alternativas ao sistema capitalista, mas estimulam e propagam essas críticas como também mudanças individuais e até mesmo mudanças das relações sociais.

É também alternativo a racionalidade burguesa e seu economicismo, que desqualifica outras abordagens senão a econômica (De OLIVEIRA, 2001). O desenvolvimento alternativo é uma crítica a unidimensionalidade da racionalidade econômica, é:

“contra a idéia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos – sociais (v.g., igualdade), políticos (v.g., participação democrática), cultural (v.g., diversidade étnica) e naturais (v.g., o meio ambiente)” (SANTOS, 2002, p: 46);

E buscando uma alternativa a esse economicismo que devemos pensar o que vem a ser desenvolvimento?

Em nossa sociedade, que como vimos, é tratada em termos econômicos, o desenvolvimento geralmente é assimilado a desenvolvimento econômico e simplesmente a crescimento. De essa forma o discurso dominante evita qualificar o desenvolvimento. A ONU tenta quebrar essa unidimensionalidade com a criação do índice de “desenvolvimento humano”, atribuindo ao desenvolvimento algumas dimensões qualitativas (De OLIVEIRA, 2001).

Desenvolvimento Local pode se assemelhar, em âmbitos restritos, ao desenvolvimento humano cunhado pela ONU, “satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida” (De OLIVEIRA, 2001, p: 11), porém essa aproximação precisa ser trabalhada; primeiro por que o não desenvolvimento local é um subdesenvolvimento, peculiar à periferia do capitalismo, logo o desenvolvimento local não pode ser um passo para atingir um desenvolvimento total, isto é, vários desenvolvimentos locais juntos não resultam em um desenvolvimento total (De OLIVEIRA, 2001 e SANTOS, 2002). Segundo se o desenvolvimento local não for encarado e trabalhado como uma alternativa ele reproduzirá a estrutura de dominação presente no sistema capitalista (De OLIVEIRA, 2001 e SANTOS, 2002).

Assim chegamos a outro ponto que precisa ser lapidado, a cidadania, esta é imensurável e tentar quantificá-la será sua simplificação em “acumulação de bem-estar e qualidade de vida nos âmbitos mais restritos” (De OLIVEIRA, 2001, p: 12) e também excluiria os cidadãos que não tem acesso a esses meios materiais, desta forma a simples aproximação de desenvolvimento local ao desenvolvimento cunhado pela ONU seria exatamente isso, quantificar a acumulação de bem-estar e qualidade de vida.

Porém temos que tomar cuidado, pois uma aproximação ao desenvolvimento local como qualidade e base para a cidadania, pode considera-lo como a salvação dos problemas de uma comunidade, uma panacéia, logo ele contribuiria para o isolamento da comunidade, buscando uma valorização do igual, podendo chegar ao extremo de promover a xenofobia (De OLIVEIRA, 2001 e SANTOS, 2002). O Desenvolvimento Local deve atender a diversidade da sociedade moderna e não se fechar a ela. “O desenvolvimento local é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania.” (De OLIVEIRA, 2001, p: 12).

É interessante ressaltar que cidadania é um direito “atingido por meio de conflito” (De OLIVEIRA, 2001); ela não pode ser institucionalizada por dois motivos: primeiro isso representaria mais uma liberdade (e autonomia) *de jure*, segundo, as relações sociais presentes em nossa sociedade são relações de poder que geram desigualdades e a institucionalização da cidadania seria através de uma relação de poder, desta forma nada garantiria que a cidadania realmente fosse “igual” a todos.

Temos assim primeira dimensão substantiva de desenvolvimento local a “capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de o “governo local”. (De OLIVEIRA, 2001, p: 13) A “real” participação e interação dos cidadãos “recupera a iniciativa e autonomia da gestão do bem comum.” (De OLIVEIRA, 2001, p: 13). Assim a participação efetiva das comunidade locais na gestão do bem comum favorece a recuperar a autonomia da gestão pública.

Desta forma a cidadania, e também o desenvolvimento local, só podem ser atingidos por meio de conflito sociais e não podem ser colocados como harmonia, paz social, o não conflito, pois isso levaria a considerar o desenvolvimento local e a própria cidadania como um “emplastro”, a cura para todos os problemas (De OLIVEIRA, 2001).

Como estamos percebendo o Desenvolvimento Local visto como alternativo deve ser construído como uma crítica ao modelo de desenvolvimento criado e implementado de “cima para baixo”, baseado em políticas elaboradas por tecnocratas que não tinham ligação com a comunidade afetada, por políticas marcadas pelo crescimento econômico, porém marginaliza, outros objetivos políticos e sociais, como a distribuição equitativa de renda e a participação democrática na tomada de decisão. Logo deve ser construído sob alguns pilares: (a) Alternativo a unidimensionalidade da racionalidade econômica; (b) Inspira-se na igualdade, na cidadania, incluindo assim os marginalizados; (c) Não rejeita o desenvolvimento econômico, tenta lhe impor limites, subordinando-o a lógicas não econômicas; (d) Desenvolve-se de “baixo para cima”, o poder de decisão e a iniciativa devem residir na sociedade civil e não exclusivamente no Estado e nas elites, assim os principais atores são sujeitos coletivos; (e) O desenvolvimento alternativo privilegia o local, a ação social contra-hegemônica deve ser local, elas visam à construção de um poder comunitário (SANTOS, 2002 e De OLIVEIRA, 2001).

A ênfase na escala local permite ao desenvolvimento alternativo colocar em discussão os efeitos reais dos programas de desenvolvimento convencionais, mostrando claramente os problemas da hegemonia capitalista, porém essa ênfase pode desligar o movimento local de movimentos regionais, nacionais e globais, fechando a comunidade em si mesma, limitando o campo de atuação destas iniciativas no ambiente local (SANTOS, 2002 e De OLIVEIRA, 2001). Este fechamento propiciaria uma reprodução das relações desiguais de dominação

em menor escala. Portanto elas não pode ser fechar, devem procuram interagir com outras relações sociais, ampliando seu escopo de atuação, disseminando a solidariedade inerente a ela pelo sistema capitalista, como também discutimos acima as relações emancipatórias que acabam funcionando como incentivadoras de novos caminhos.

Como tem um caráter alternativo, e como vimos deve lutar contra a racionalidade burguesa (ou o capital transnacional como querem alguns) na tentativa de ultrapassá-la e desenvolva uma nova racionalidade. Dessa forma explica-se a razão do conflito para a construção da cidadania. A elaboração de uma nova racionalidade é um processo, construído em cima de experiências (iniciativas postas em prática) (SANTOS, 2002 e De OLIVEIRA, 2001).

É a luta pela cidadania, direito a fala e a política, luta pelos significados, que podem elevar o desenvolvimento local, assim é necessário uma inserção das comunidades locais, nas instâncias decisórias, onde realmente a decisão é tomada, objetivo este que só será atingido, mais uma vez, por meio de conflitos (De OLIVEIRA, 2001).

O Desenvolvimento Local como alternativo, este deve ser concebido como uma alternativa de desenvolvimento. Se o desenvolvimento local for estruturado apenas como um desenvolvimento, no sentido relacionado a apenas crescimento econômico, e se constituir baseado nos modelos vigentes, este desenvolvimento local será apenas uma afirmação dos problemas a que supostamente veio combater.

Ele também deve ultrapassar a racionalidade burguesa (a lógica do capital), para tanto o Desenvolvimento Local deve extrapolar essa mentalidade economia, englobando em seu escopo lógicas não econômicas, como considerar as relações sociais presentes, afirmando seu caráter alternativo. Assim, essa concepção de Desenvolvimento Local como uma alternativa, que extrapole a racionalidade burguesa, resulta em não priorizar análises econômicas e sim colocar, como já dito, outras questões no “front”. Não devemos esquecer a faceta econômica, pois ela é importante em nossa sociedade, porém é necessário impor-lhe freios, não a analisando como questão essencial.

O Desenvolvimento Local não deve fechar o local às relações com o resto do mundo, pois, seu isolamento poderá produzir uma aversão ao diferente, e, também fortaleceria as desigualdades existentes no local, e não as combatendo.

A questão fundamental que coloca o Desenvolvimento Local como um conceito emancipador é importância da participação das comunidades nas decisões, é ela que pode mudar as relações de poder desiguais é ela, por meio do conflito, que pode promover relações emancipatórias, também é a participação a única capaz de recuperar a iniciativa para o bem comum, transformando o indivíduo em cidadão.

O conflito é o fator construtivo e constitutivo do processo de Desenvolvimento Local, esse conflito é uma luta pela cidadania e participação, Francisco; ou uma luta com o capital transnacional, Boaventura. Essas visões não são excludentes, se completam, De Oliveira coloca o Desenvolvimento Local como uma alternativa à racionalidade burguesa, ao seu maior exemplo o “capital transnacional”, e Boaventura coloca a participação e a cidadania essenciais para o cunho do termo Desenvolvimento Local.

O Desenvolvimento Local é concebido como alternativo, participativo, um processo conflituoso, que mantêm fortes ligações com cidadania e procura ultrapassar a lógica econômica e portanto não pode ser visto como um modelo.

Portanto o Desenvolvimento Local pode ser um conceito emancipatório.

Metodologia

Neste trabalho, de caráter exploratório, realizamos o levantamento de material bibliográfico acerca dos temas acima explicitados, dessa forma procuramos sedimentar os pilares teóricos desta pesquisa, bem como expandir para caminhos não pensados inicialmente.

BECKER (1993) acredita que os estudos de caso em Ciências Sociais não tem como foco os indivíduos, como em estudos psicológicos, mas sim as organizações ou comunidades são os objetos de análise.

Tipicamente neste tipo de estudo utiliza-se como método a observação, aliado a outros métodos mais estruturados, que dão acesso a uma variedade de dados, inclusive aqueles que

inicialmente eram inexistentes na perspectiva do pesquisador (BECKER, 1993). Um exemplo de método mais estruturado é a entrevista, que será mais debatida a frente.

O estudo de caso tem como objetivo, tentar chegar a uma compreensão do grupo em estudo e também desenvolver observações teóricas sobre as estruturas sociais presentes.

Ao trabalhar com o estudo de caso, o pesquisador se depara com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos, que devem ser incorporados ao relato do estudo, segundo sua relevância teórica.

São essas dificuldades, que após uma análise teórica sobre sua pertinência ao estudo em questão, enriquecem o trabalho, apontando diversos caminhos antes inimagináveis (BECKER, 1993). Permitindo que “façamos generalizações a respeito das relações entre vários fenômenos estudados.” (BECKER, 1993, p: 129).

É assim que podemos ampliar o escopo da pesquisa, lembrando sempre que “um caso é, no fim das contas, apenas um caso” (BECKER, 1993, p: 129). Essa generalização pode acarretar em problemas, por exemplo, considerar uma característica específica como sendo geral para a comunidade. Este problema pode ser tratado se realizarmos uma ampla coleta de casos, porém é quase inexistente se assumirmos uma visão de longo prazo do desenvolvimento da teoria, na qual cada estudo vem a acrescentar uma visão diferente do conjunto de variáveis à medida que se descobre quais as suas influências (BECKER, 1993).

Becker acredita que um estudo de caso está fadado a revelar a discrepância entre a realidade operacional e a imagem em que seus membros acreditam e que apresentam para o resto do mundo (BECKER, 1993). Isto por que geralmente os membros do grupo tendem a enaltecer sua importância, além das disputas internas que podem influenciar a observação.

É neste ponto que podemos lançar mão de dúvidas sobre as entrevistas: será que elas podem ser bons espelhos da realidade?

Os estudos organizacionais são orientados em direção às pesquisas empíricas baseados na forte crença que a análise de dados coletados podem provar ou descartar várias hipóteses. Porém como estávamos discutindo o entrevistado não é moralmente um revelador da

verdade a serviço da ciência, isto é, revelar seu “eu interior” e os fatos e normas da organização em questão, nem sempre é prioridade para o ele. Geralmente esquecemos que os entrevistados podem não dizer a verdade ou mesmo omiti-las, não colaborando com o trabalho do pesquisador. (ALVESSON, 2003).

Alvesson propõem um modo pragmático reflexivo (*reflexive pragmatism*) de observar as entrevistas. Este método vem contrapor com outros métodos de entrevistas que a consideram como um instrumento de análise, porém esquecem-se do contexto da entrevista, do entrevistador e do entrevistado, tão pouco sua orientação, o que pensa dela, quais as vantagens que poderia obter com ela.

A abordagem reflexiva tem duas vantagens potenciais: (a) inibe uma crença pobre que simplesmente os dados podem revelar a verdade; (b) observa criticamente a riqueza de significados que o material empírico podem apresentar (ALVESSON, 2003).

Reflexiva deve ser entendida como “sustentada pela consciência e pela perseverança em esforços que vêem o ponto subjetivo de diferentes ângulos e não privilegia um ângulo ou uma linguagem favorita.” (ALVESSON, 2003, p: 25). Assim é confrontar diferentes discursos e visões do mesmo discurso, inclusive a do próprio pesquisador.

Uma aproximação reflexiva das entrevistas envolve um conjunto de potenciais linhas de pensamentos subjetivos, que são o conjunto de oito metáforas, que inspiram uma “questão subjetiva” do entrevistado.

As visões tradicionais de entrevistas são: (a) neopositivistas, as entrevistas são observadas como canais para a transmissão do conhecimento, seguem um rígido protocolo para minimizar a influência e o viés do entrevistador. Uma crítica pertinente diz respeito ao fato do pesquisador ser desavisado sobre problemas de veracidade e controle limitado do entrevistado. É vista, para esse tipo de pesquisador, como uma ferramenta para a obtenção e avaliação de dados; (b) romântica, busca uma interação humana mais genuína tem como pressupostos a verdade a confiança entre entrevistador e entrevistado, buscando uma entrevista mais honesta e confiável. Não só apresenta os mesmos problemas que a visão neopositivista como também seu pesquisador tende a agir da mesma maneira; (c) localista,

procura enfatizar que a entrevista deve ser observada no seu contexto social, coloca que a entrevista deve ser vista como uma empírica relação social e, portanto deve ser estudada como tal e não pode ser considerada como uma ferramenta para a coleta de dados (ALVESSON, 2003).

Alvesson propõem neste modelo reflexivo pragmático a visão de ferramenta, para obtenção de dados, interpretação e análise do caso, da entrevista. Desta forma entende-se a expressão pragmática, porém ao coletar dados devemos atentar o contexto no qual ela se encontra, além das características sociais do entrevistado.

É, como já mencionado, um modelo baseado em metáforas, o uso de metáfora é “em primeiro um processo generativo que é fundamental para a criação do entendimento humano e significativo em todos os aspectos da vida” (MORGAN apud ALVESSON, 2003, p: 18, tradução nossa). A vantagem de conceitualizar algo baseado em metáforas é que possibilita uma abordagem subjetiva e, assim, abre a visão do pesquisador para diferentes perspectivas da entrevista. (ALVESSON, 2003).

Alvesson constrói oito metáforas para entendermos as entrevistas, são elas: realização local; estabelecimento e perspectivas da linha histórica; identidade de trabalho; script cultural aplicado; moral do entrevistado; *ação política*; construção do trabalho; jogo de poder do discurso. Neste trabalho apenas nos interessa metodologicamente a metáfora ação política, pois as entrevistas aqui utilizadas têm claro um caráter político, por serem realizadas com pessoas que trabalham diretamente com o Programa Oportunidade Solidária.

Nesta metáfora as entrevistas não são vistas como sedimentadas na confiança, honestidade e na ausência do interesse subjetivo no qual o entrevistado está dividindo seu conhecimento e os únicos benefícios são os avanços da ciência. Os atores envolvidos podem usar a entrevista para seu próprio propósito político. Defendem interesses próprios ou de grupos sociais a que pertencem, portanto nem sempre dirão a verdade ou podem até mesmo conduzir a entrevista para uma situação mais favorável para si próprio.

A Análise Crítica de Discurso vem ao auxílio dessa abordagem ao se propor observar as questões sociais que envolvem os discursos, sendo uma maneira de olharmos as

informações aqui levantadas, observarmos as construções discursivas que encontramos ao longo da realização deste trabalho, tornando-se parte constitutiva da Metodologia.

Tentaremos observar as entrevistas neste trabalho da maneira aqui apresentada, reconhecendo seu caráter político e confrontando seus discursos.

Desta maneira discutiremos sobre a Análise Crítica do Discurso.

Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica de Discurso (ACD) tem como objetivo analisar o discurso como uma produção ideológica, como uma prática social, assim procura observar os enunciados sobre três perspectivas tri-dimensionais: análise da língua (fala e escrita), análise da prática do discurso (processo de produção do texto, distribuição e consumo) e análise dos eventos do discurso (como instâncias de práticas sócio-cultural).

Discurso é usado pela linguagem como prática social e análise do discurso, dentro da ACD, é analisar como os textos interagem com a prática sócio-cultural, dessa forma os discursos são heterogêneos, pois são influenciados pela estrutura social, sendo produzidos e reproduzidos pela interação social (ALVES, 2002, p: 220).

Seguindo o raciocínio, os textos são parte criação e parte repetição, são os palcos das forças centrípeta (pressão que segue a necessidade de produzir um texto que desenhe condições dadas) e centrífuga (vêm da situação específica de produção de texto, não propriamente repetindo algum texto, mas levando para um novo campo de discussões e atritos, um novo caminho), respectivamente, essas pressões variam dependendo das suas condições sociais, assim alguns serão relativamente normativos e outros criativos. (Fairclough, 1995, p: 9).

A tensão da repetição e da criação são manifestadas em vários níveis de homogeneidade e heterogeneidade. É essa heterogeneidade que pode mostrar as mudanças sociais. Mais uma consequência dessas forças é a necessidade de análises intertextuais.

Interpretar textos, nesta teoria é um processo dialético, entre a análise da linguagem e a ordem do discurso, que são as maiores forças centrípetas de um evento discursivo. (Fairclough, 1995, p: 9)

Eventos discursivos são dependentes e separados por essas duas forças, mas são também reestruturados por elas. A análise intertextual liga as duas dimensões da estrutura (texto e prática do discurso), mostrando onde o texto está localizado com sua respectiva rede social e ordem do discurso.

A ACD tem como objetivos críticos elucidar as naturalizações (ideologias assumidas pela BGK (Background Knowledge), que assim parecem ser não mais pertencentes a uma ideologia, se tornam senso comum), tornar clara as determinações sociais e os efeitos do discurso que estão obscuros.

“Adopting critical goal means aiming to elucidate such naturalizations, and more generally to make clear social determinations and effects of discourse which are characteristically opaque to participants.” (Fairclough, 1995, p: 28).

Bases da BGK são: (a) Conhecimento dos códigos de linguagem; (b) Conhecimento dos princípios e normas da linguagem utilizada; (c) Conhecimento da situação; (d) Conhecimento de mundo. A BGK nada mais é que a super-estrutura social, são as representações que compõem a ideologia, esta que será mais a frente discutida.

Como a ACD considera os discursos ideológicos, logo em seu léxico está implícita uma ideologia, o que Fairclough chama de IDF, ideological discursive formations.

Objetivos ligados a IDF: (a) A ideologia ou a prática ideológica podem ser desassociada para mais ou para menos extensão da base social, isto é, ela pode ser mais ou menos naturalizada; (b) A ideologia naturalizada pode se tornar base para o conhecimento; (c) Os eventos se tornam dependentes.

Assim os objetivos da análise crítica do discurso é desnaturalizar, evidenciando seus efeitos nas estruturas sociais. (Fairclough, 1995, p: 36).

A ACD é multidisciplinar, apresentando diversos recortes teóricos, mas deve focar em “problemas sociais e questões políticas” (ALVES, 2002, p: 221), deve também observar as “relações de poder e dominação na sociedade” (ALVES, 2002, p: 221).

Finalizando essa secção busco auxílio a Fiorin que coloca a importância do contexto na análise do discurso:

“A concepção do discurso como fenômeno, ao mesmo tempo, autônomo e determinado obriga a análise a voltar-se para dentro e para fora, para o texto e o contexto. [...]

A análise de discurso deve desfazer a ilusão idealista de que o homem é senhor absoluto de seu discurso. Ele é antes um servo da palavra, uma vez que temas, figuras, valores, juízos etc. provém das visões de mundo existente na formação social.” (FIORIN, 1993, p: 77)

Contexto e o Discurso

Para um estudo filosófico e lingüístico da pragmática é necessário analisar seus fundamentos, que é a parte conceitual, análise da ação e interação, que é a parte empírica e análise das propriedades psicológicas e sociais do processo lingüístico na interação comunicativa. Compreendendo pragmática como interpretação social é necessário para estudá-la ver as suas duas partes, conceitual e empírica.

A teoria cognitiva da pragmática, proposta por Van Dijk, “terá que elucidar quais relações existentes entre vários sistemas cognitivos (conceituais) e as condições de adequação dos atos de fala aos seus contextos de ocorrência”. (VAN DIJK, 2000, p: 74).

Dijk diz que nas teorias clássicas sobre os atos de fala a adequação são usualmente cognitivas, isto é, as concepções, o que está sub-entendido, que está por trás, é considerado como premissa e não é estudado. Ele diz que devemos estudar essas premissas, “os

processos cognitivos subjacentes à noção de adequação que se estabelece nos contextos comunicativos” (VAN DIJK, 2000, p: 75), em outras palavras qual à distância entre condições e a verdadeira compreensão dos atos.

A razão fundamental de uma teoria pragmática é estabelecer relações entre o enunciado e a interação. Por tanto se não entenderem o que você fala, isso não terá valor.

Dados certos enunciados, a teoria pragmática irá descobrir as regras que regem em certo ato de fala ou força ilocucionária a: “dados certos enunciados de uma língua natural, a teoria pragmática irá especificar as regras que atribuem um certo ato de fala ou força elocucionária a cada enunciado, com base na estrutura particular do contexto pragmático.” (VAN DIJK, 2000, p: 76).

Quando falamos a compreensão pragmática é formada por uma séria de processos, assim os usuários da língua atribuem aos enunciados atos convencionais, isto é, forças elocucionárias.

O problema está em como o emissor ao falar algo saberá que o ouvinte entendeu? Como produzir uma ameaça ou promessa? Vamos usar o mesmo exemplo que Van Dijk, na fala: “Eu virei amanhã!”

Pode ser tanto uma promessa como uma ameaça e só saberemos se analisarmos, entre outros, o contexto, gestos, ações corporais, entoação, propriedades paralingüísticas, etc.

A Inserção da Metodologia da ACD neste Trabalho

Por se tratar de um estudo com caráter exploratório, a metodologia é muito importante para uma boa análise, ainda mais se tratando de uma análise calcada na Análise Crítica de Discurso, com sua abordagem multidisciplinar.

Desta maneira a ACD se encontra neste trabalho com a preocupação de contextualizar os fatos, pois como percebemos a contextualização é fundamental para a compreensão dos discursos e seu correto confronto com a prática da PMSP.

Desta forma buscamos contrapor os conceitos discutidos no referencial teórico, emancipação e desenvolvimento local, dentro das práticas da PMSP.

Apresentação do Caso: A PMSP e seus Programas de Inclusão Social

As políticas de inclusão social da PMSP são realizadas e organizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (STDS) que foi criada em julho de 2001, sob a organização do Professor Marcio Pochmann, coordenando nove programas de inclusão social, “que têm como objetivos a geração de ocupação, a redistribuição de renda, o desenvolvimento socioeconômico da cidade e, assim, a ruptura do ciclo estrutural da pobreza e da miséria.” (SDTS, 2004).

A PMSP na tentativa de romper com a lógica neoliberal de focalização de recursos públicos e fragmentando as ações governamentais, criou três blocos programáticos, que condensam a estratégia paulistana de combate a exclusão. Os blocos, como também os programas que os constituem, procuram interagir entre si e seguem critérios para atendimento universal aos excluídos.

No primeiro bloco programático estão os quatro programas redistributivos de renda: Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo e Operação Trabalho. No segundo bloco estão os programas emancipatórios: Capacitação Ocupacional, Oportunidade Solidária e Central de Crédito Popular. No terceiro bloco, estão os programas que visam a reorganização do mercado de trabalho e a articulação de arranjos político-institucionais que possam dinamizar a economia local e criar oportunidades de geração de trabalho e renda, respectivamente São Paulo Inclui e Desenvolvimento Local. (TCC, 2002)

Os programas redistributivos transferem renda sempre condicionada, como a participação em programas de formação, ou o ingresso e manutenção das crianças na escola. São estes condicionantes que criam a integração entre os blocos programáticos, formando uma rede matricial de programas sociais. Por exemplo os beneficiários dos programas redistributivos, em especial dos programas Começar de Novo e do Bolsa Trabalho, recebem auxílio monetário para participarem das atividades de formação dos programas Capacitação

Ocupacional ou Oportunidades Solidária, assim está feito o “link” dos programas redistributivos para os emancipatórios. Após o período da bolsa, os beneficiários que coletivamente ou individualmente esboçarem um projeto de empreendimento, continuarão recebendo o apoio técnico dos programas emancipatórios e poderão receber financiamento dos programas de Desenvolvimento Local, bem como a orientação para a formação de cadeias produtivas.

A definição de como atuação da Secretaria seria iniciada foi baseada no “perfil do município” construído por POCHMANN (2002), no qual aponta uma cidade abalada pelas duas gestões anteriores; concentrando em 27 distritos (pouco mais de um quarto do total de 96 distritos) metade de sua população, apresentando uma diferença, entre o distrito com menor renda média (Marsilac) e o de maior (Morumbi), da ordem de 14,54 vezes (a renda média dos responsáveis por domicílio no Morumbi é 1354% maior que em Marsilac) com péssimos índices de desemprego, subemprego, analfabetismo além de péssimas condições de saúde e educação.

Dessa forma a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) obteve informações para direcionar sua atuação, procurando “construir uma trajetória de maior homogeneidade e bem-estar social entre os cidadãos” (POCHMANN e MORETTO, 2002, p: 21), escolhendo os primeiros 50 distritos para a implementação das políticas públicas. Tal escolha foi necessária, segundo a PMSP, pois não havia recursos suficientes para implementação dos programas na cidade como um todo (lembrando que os programas são universais, isto é atendem a todos os excluídos, não focalizando um tipo de exclusão), assim foram elencados os distritos com a pior situação, estes atendidos prioritariamente. Com o passar dos anos, novos distritos foram incorporados a esta estratégia, alcançando em 2004 a totalidade dos distritos.

Para esta avaliação inicial dos distritos municipais e conseqüente escolha dos pioneiros, foi criado um índice de exclusão social, que leva em consideração sete fatores em seu cálculo. Depois desta avaliação dos distritos o índice de exclusão social foi aplicado para o Brasil inteiro, resultado no trabalho “Atlas da exclusão social” de autoria do Profº Marcio Pochmann.

Os critérios para a escolha destes distritos iniciais foram calculados pela obra já acima citada, sendo eles: (a) baixo nível de emprego, (b) baixa renda, (c). altos índices de violência, (d) baixa taxa de alfabetização, (e) maior presença de crianças e adolescentes. Iniciando as atividades investindo R\$ 64 milhões, passando para R\$ 250 milhões em 2002, quando beneficiou 288 mil famílias, totalizando mais de 1,2 milhões de pessoas, chegando em 2003 a mais de 400 mil famílias, atingindo a 2,5 milhões de pessoas.²

Passemos a observar os programas.

Os Programas

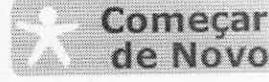
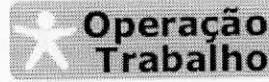
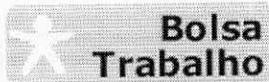
A estratégia paulistana, desenvolvida pela SDTS, de combate à exclusão social engloba nove programas, divididos em três blocos: (1) os Programas Redistributivos, que detêm os programas *Renda Mínima*, *Bolsa Trabalho*, *Operação Trabalho e Começar de Novo*; (2) os Programas Emancipatórios, englobando os programas *Oportunidade Solidária*, *Capacitação Ocupacional* e *São Paulo Confia*; (3) Programas de Apoio ao Desenvolvimento Local, *Desenvolvimento Local* e *São Paulo Inclui*.

A estruturação dos programas segue a lógica apresentada por POCHMANN (2002), na qual os programas apresentam atuação conjunta e de que só tem direito ao benefício o cidadão que se enquadra em determinado padrão e que cumpre certa “obrigação”, pois o beneficiário recebe o auxílio monetário, a bolsa, pelos Programas Redistributivos e em contrapartida participa de cursos, com propósitos específicos, como a formação de empreendimentos solidários, oferecidos pelos Programas Emancipatórios, sendo auxiliados após a formação de empreendimentos pelos Programas de Apoio ao Desenvolvimento Local.

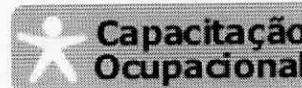
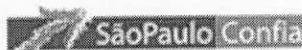
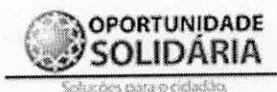
Segue abaixo um quadro resumo dos programas:

² Obtidos no Portal do Trabalho, disponível na www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br/ acesso em 17/07/2004 e em palestra com o secretário Marcio Pochmann.

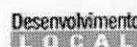
PROGRAMAS REDISTRIBUTIVOS



PROGRAMAS EMANCIPATÓRIOS



PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL



Fonte: STDS, 2004.

As bolsas dos Programas Redistributivos são concedidas por seis meses sem renovação ou prorrogação.

A descrição a seguir dos programas servem apenas como panorama não é nosso objetivo aprofundar em todos e sim no Programa Oportunidade Solidária foco desta pesquisa. Para maiores informações sobre os demais programas acesse: www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br ou www.prefeitura.sp.gov.br.

Renda Mínima

O Programa Renda Mínima é direcionado a famílias com filhos de 0 a 15 anos e renda de até meio salário mínimo por pessoa da família, a bolsa é condicionada a frequência escolar. O valor da bolsa pode atingir até a 110% do salário mínimo.

Bolsa Trabalho

Tem seu foco em jovens desempregados com idade entre 16 a 29 anos de idade. Tem algumas modalidades o *Bolsa Trabalho-Renda*, o *Bolsa Trabalho-Cursinho*, o *Bolsa Trabalho-Estágio* o *Bolsa Trabalho-Emprego*. O condicionante da bolsa é a permanência na escola e participação em cursos de capacitação e formação.

Começar de Novo

Destinado aos desempregados com mais de 40 anos de idade, possui algumas modalidades o *Começar de Novo-Renda* e o *Começar de Novo-Emprego*. Como benefício tem o pagamento de uma bolsa de até 66% do salário mínimo, além de auxílio-transporte e seguro de vida. Tem como condição para o recebimento da bolsa a participação em programas de formação, aquisição de competências e habilidades, isto é a participação nos programas Oportunidade Solidária e Capacitação Ocupacional.

Operação Trabalho

Tem seu foco aos desempregados de longa duração (mais de oito meses), seu condicionante é a participação em atividades de valorização das habilidades básicas acumuladas e exercício de ações de utilidade coletiva de cursos de capacitação, desta forma também participam dos programas emancipatórios e também exercem atividades na Prefeitura, como agente de combate a dengue. O valor da bolsa é de um salário mínimo, mais auxílio-transporte e seguro de vida.

Capacitação Ocupacional

Tem por objetivo oferecer aos beneficiários capacitação voltada à cidadania, para o mercado de trabalho, para a geração de ocupação e renda e para atividades de utilidade coletiva e comunitária.

São Paulo Confia

Banco do Povo da Cidade de São Paulo oferece microcrédito à população, qualquer cidadão pode se beneficiar, porém os beneficiários dos programas sociais da PMSP obtêm uma taxa mais baixa.

Desenvolvimento Local

Programa lançado em maio de 2002, sua preocupação é a recuperação e o fortalecimento da economia dos bairros da cidade. Procura incentivar, articular e organizar fóruns distritais, por distrito administrativo do município, e setoriais, por setor econômico, como têxtil e alimentício.

São Paulo Inclui

Tenta organizar o mercado de trabalho através de um serviço de alocação de mão-de-obra e de intermediação de negócios, também realiza a certificação dos trabalhadores autônomos beneficiados pelos programas sociais da prefeitura.

Oportunidade Solidária

O Programa Oportunidade Solidária (OS) foi instituído pela portaria 03/01 da SDTS, é importante frisar que seu marco legal não é uma lei do município e sim uma portaria desta secretaria, dessa forma ele não é uma política pública da cidade de São Paulo, mas sim uma política pública elaborada e implementando pela atual gestão, sem nenhum compromisso de continuação no próximo mandato.

A coordenação do programa juntamente com algumas instituições parceiras está formulando um projeto de lei para a caracterização do programa como uma política pública paulista, porém até a conclusão deste trabalho nenhum projeto de lei foi encaminhado para a Câmara Municipal.

O Programa é todo implementado por Instituições Parceiras Incubadoras (IPI) que tem como função a mediação, catalisadora dos conhecimentos presentes no grupo, ministrar os cursos de pré-incubação, auxiliar a incubação e a pós-incubação, o controle de faltas dos beneficiários, além de participarem dos fóruns de coordenação do programa, que serão detalhados mais adiante (TCC, 2002).

Sua participação é regida pelo Termo de Compromisso e Cooperação (TCC), neste documento está explicitado suas atribuições e as etapas que deve atuar no Programa, além dos resultados esperados e o conteúdo mínimo dos cursos.

O OS tem como seu público-alvo os beneficiários dos Programas Redistributivos, durante os dois primeiros meses os participantes deste programas freqüentam um curso de sensibilização, o módulo básico de formação e cidadania, no qual são ministradas noções tópicas de direito, ocupação de espaço, empreendimentos, revalorização do indivíduo,

reconceitualização do problema do desemprego e também a apresentação dos Programas Emancipatórios.

É ministrado pelas IPI's, ao término desta primeira parte os beneficiários escolhem qual dos programas emancipatórios participarão, se do OS ou do Capacitação Ocupacional.

Para os que decidiram entrar no OS estarão na segunda fase do programa, a pré-incubação, nestes próximos quatro meses seguintes de sua bolsa participarão de um curso com objetivos específicos de despertar e desenvolver o espírito empreendedor e a cultura solidária entre os participantes; construir projetos de geração de ocupação e renda; capacitar os participantes para a autogestão organizativa e socioeconômica dos empreendimentos em gestação; propiciar formação cidadã e o fortalecimento da cidadania, bem como o desenvolvimento pessoal de cada participante.

Ao final desta fase os indivíduos devem estar organizados em grupos, para a constituição de cooperativas, e com um plano de negócios para algum tipo de atividade.

Durante esses dois cursos, as duas fases iniciais do Programa, não há uma metodologia a ser seguida por todas as IPI's, cada uma desenvolve e aplica uma metodologia, o que existe é um conteúdo obrigatório e mínimo dentro do TCC, além um fórum de coordenação específico para a discussão deste tema, que será detalhado mais adiante.

Após os cursos e a montagem do plano de negócios, entra em vigor a terceira fase, a incubação propriamente dita. Seus objetivos são: (a) Incubar os projetos de empreendimentos elaborados na pré-incubação; (b) Estimular e assessorar a organização de redes ou outras formas associativas solidárias entre os empreendimentos incubados; (c) Promover a integração com outros atores locais, visando o fortalecimento, viabilidade e sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos.

É nesta fase que o empreendimento, a recém formada cooperativa, procura fontes de financiamento como o São Paulo Confia.

Nesta parte do programa o beneficiário não recebe mais a bolsa dos programas redistributivos, seu objetivo é montar a cooperativa, desta forma ao final da segunda fase o grupo já deve estar bastante coeso e com um sólido plano de negócios.

O processo de incubação não termina quando os empreendimentos entram em funcionamento, inicia-se a quarta e última fase a pós-incubação, é o aperfeiçoamento e a consolidação dos instrumentos internos e externos ao empreendimento que irão possibilitar a continuidade e o aprimoramento das suas atividades. É um espaço de referência e apoio específico, apoio este que é prestado pelas IPI's. Esta fase não tem limite de tempo para terminar, a IPI continua assessorando a nova cooperativa até que não seja mais necessário.

Um projeto paralelo a todo esse percurso do OS é o Projeto Redes (PR) é caracterizado pela tentativa de formar redes de empreendimentos. Cada IPI tenta articular alguma forma de cooperação entre as cooperativas que incuba. Não há uma articulação formal entre elas, as IPI não são obrigadas a pensar a articulação conjuntamente, não há esta cobrança por parte da PMSP. Houve a tentativa de discutir este projeto em uma articulação entre as próprias IPI, mas foi muito incipiente para a real formação de redes integradas entre as instituições parceiras.

Programa Oportunidade Solidária procura construir uma gestão compartilhada de suas atribuições, visando construir coletivamente o planejamento, a metodologia de implantação, o monitoramento e avaliação. Assim constituiu quatro fóruns de coordenação, porém a coordenação do OS “não se furta nem abdica do seu papel de coordenação e decisão, em particular, quando a construção coletiva não chega a consensos ou quando estes não acontecem no tempo hábil da ação de governo.” (TCC, 2002, p: 17).

São os quatro fóruns: (1) Grupo de Trabalho (GT), é composto pela coordenação do OS e pela coordenação de cada instituição parceira, com reuniões mensais para planejamento, monitoramento e avaliação do processo de incubação; (2) Comissões Temáticas: integrada pelos responsáveis de cada IPI, para planejamento, monitoramento e avaliação das ações específicas de cada um; este fórum é dividido em três comissões, que acabam funcionando como três fóruns, que juntamente com o GT compõem os quatro fóruns de coordenação. São eles: (a) Comissão de Relações Humanas e Saúde do Trabalho: responsável por

subsidiar, capacitar e supervisionar a execução das atividades de incubação referentes ao desenvolvimento humano, social, relações interpessoais no trabalho, saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho, sócio-ambiental e outros temas afins; (b) Comissão de Organização e Gestão: responsável por subsidiar, fomentar e supervisionar a execução as atividades de incubação referentes à estrutura, gerenciamento jurídico, financeiro, contábil e humano, mobilização de recursos, inovação, tecnologia e outros temas afins; (c) Comissão de Produto-Mercado-Comercialização: responsável por subsidiar, fomentar e acompanhar ou executar as atividades de incubação referentes à definição do produto/serviço, planos de negócios, estudo de viabilidade inovação, tecnologia, mercado/cliente, publicidade, comercialização e outros temas afins. São nestes três últimos fóruns que as metodologias de cada área são discutidas. (TCC, 2002).

Depois desta apresentação do Programa Oportunidade Solidária passaremos a discutir as entrevistas, que possibilitarão um complemento desta apresentação.

Entrevistas

As entrevistas foram realizadas ao longo do trabalho, juntamente com seu desenvolvimento teórico. Tentaremos abordar as entrevistas conforme exposto na metodologia.

Realizamos duas entrevistas com coordenadores da área do Programa Oportunidade Solidária, de duas instituições parceiras da PMSP. Estas foram entrevistas de caráter aberto, isto é deixamos os entrevistados falar a vontade sobre o que desejassem, sempre colocando pontos os quais achávamos pertinentes para o trabalho.

Participamos também de dois seminários apresentados pelo Prof^o Marcio Pochmann, secretário da STDS. Um destes seminários foi organizado pela Prefeitura destinado para as instituições parceiras, o outro foi realizado no CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Nestes seminários nos enquadrámos como observadores ativos, pois auxiliaram na coleta de dados e informações sobre o caso, bem como um espaço aberto para perguntas ao secretário.

Entrevistamos também dois cooperados, e ex-bolsistas do programa, de uma cooperativa de limpeza formada pelo Programa Oportunidade Solidária, na tentativa de observar o resultado direto da estratégia paulista de combate a exclusão, a situação dos excluídos após passarem pelo programa.

Seminários com o Secretário

Apresentaremos inicialmente o contexto dos seminários e os atores envolvidos, para depois sintetizarmos as idéias conjuntamente, ressaltando pequenas diferenças, pois foram seminários bem parecidos.

Participamos de dois seminários, o primeiro foi realizado na própria STDS e com sua organização; tinha o objetivo de apresentar o OS para os outros programas e estudar como poderia ser a integração dos demais programas com o OS, além de apresentar todos os membros das IPI que atuam neste programa, contou com a participação das IPI, dos coordenadores dos programas, inclusive do Oportunidade Solidária, e com a abertura do secretário.

É interessante pensar que houve um seminário para discutir a integração dos programas, assim perguntamos: mas já não existe esta integração? A resposta é óbvia, a integração é apenas na concessão da bolsa auxílio e nada mais, não há nenhuma outra forma de integração, pelo menos não havia, não conseguimos saber quais foram os frutos deste seminário.

A apresentação foi claramente uma troca de “carícias”, muitos elogios, brincadeiras e risos. As perguntas do final da apresentação do secretário Pochmann foi a chance que algumas entidades tiveram para se tornarem visíveis, com perguntas agradáveis e instigantes de uma possível ampliação do programa para âmbito nacional, pois o governo federal tomara posse há pouco tempo.

O segundo foi realizado no CEBRAP, teve como objetivo mostrar a estratégia paulistada para os pensadores deste centro. É interessante lembrar que o CEBRAP é também conhecido por ser um reduto do pensamento tucano, o que torna este seminário bem

interessante, dado que no atual quadro político nacional os petistas e tucanos são arqui inimigos.

Foi uma apresentação mais séria e divergiu um pouco da anterior pelo o uso de slides, tentando conferir maior rigor na apresentação. O professor palestrante, por alguns momentos parecia não se tratar do secretário da STDS, mas sim o professor Doutor, presenteou o centro com suas novas publicações, o Atlas da exclusão social.

Alguns brincaram com o atraso do secretário, perguntando a este se o motivo pelo atraso eram as obras da prefeitura que congestionaram a região. O secretário cordialmente sorriu e alegou excesso de trabalho.

Vamos ao resumo dos pontos discutidos nestes seminários. Em ambos a maior parte do tempo foi tomada pela explicação do processo de cadastramento para os programas da PMSP, foi por este motivo que não apresentamos o processo de cadastramento anteriormente, caso contrário não teríamos o que comentar nesta secção. Passamos agora a sintetizar as idéias transmitidas nos seminários.

O cadastramento é muito importante em políticas públicas, pois é ele que forma o corpo de beneficiários, desta forma ele deve ser bem feito e estruturado, pensando em atender todos os possíveis beneficiários.

A idéia inicial fora deixar que as ONGs (Organizações Não Governamentais) de cada distrito realizassem o cadastramento, porém muitas ONGs alegaram que conheciam quem precisava do auxílio, bastaria transferir o dinheiro para as suas mãos que elas fariam as transferências. Obviamente não era este o intuito dos programas, assim começaram a procurar alternativas.

Desta maneira decidiu-se que a própria secretaria deveria fazer este cadastramento, assim começaram a treinar seus funcionários para tal tarefa.

Como a maioria dos possíveis beneficiários moram muito longe da STDS ou mesmo das subprefeituras, a STDS decidiu ir até a periferia para realizar esta tarefa, assim divulgam para a região quais os dias que estariam por ali e onde estariam. Assim a equipe de

cadastro passou por alguns momentos difíceis como pedir a autorização para entrar nas favelas e realizar o trabalho.

Este cadastramento foi bem feito, pois atingiu toda a população e passou a ser usado em comum para o atendimento de todas as ações da PMSP, bem como interligações de informações com o governo do Estado de São Paulo, procurando não competir em programas de atendimento parecido.

A apresentação do CEBRAP contou ainda com a ilustração do mapa da cidade de São Paulo e do mapa do Brasil, segundo o indicador de exclusão social.

Quando indagado sobre a efetividade da emancipação dos cooperados beneficiários, o secretário respondeu que é muito difícil quantificar esta informação e que a emancipação econômica é a mais difícil de se obter. A emancipação cultural e social política ele acredita que foi atingida pois muitas vezes os beneficiários criticavam a maneira de atuar do programa o que mostra uma “independência” do pensamento. E com isto ele já ficava feliz uma vez que não é por que a PMSP governada pelo PT conseguiu chegar até eles que todos os beneficiários devem concordar com a sua forma de atuar e ainda votar no partido.

Entrevista com os Coordenadores das Instituições Parceiras

Estes entrevistados são coordenadores de duas instituições parceiras da PMSP, ministram cursos, incubam cooperativas e também desenvolvem o Projeto Redes.

São entidades que sempre trabalharam com o cooperativismo e a autogestão, portanto não estão apenas interessados no recurso financeiro proveniente dos programas, mas também tem, até mesmo, empenho pessoal para que o programa se concretize.

Chamarei aqui os entrevistados A e B, para não divulgar seus nomes, qualquer informação que possa evidenciar sua identidade será suprimida.

Ambos entrevistados apontaram como grande problema o descolamento dos prazos do início dos cursos com o final da bolsa. Os acordos são firmados a cada fase e a cada grupo, assim temos um acordo para a primeira fase, outro para a segunda, e assim sucessivamente.

Porém os acordos não são firmados a tempo para o início do curso, desta forma podem ocorrer duas situações, as atividades começam e o acordo é firmado retroativamente e a segunda as atividades começam depois do contrato assinado, desta forma a bolsa dos beneficiários acabam antes do final do curso.

Estas duas situações levam a problemas desagradáveis a primeira pois as duas entidades comentaram que colocam as primeiras parcelas a receber mais altas do que deveriam, pois o acordo já está atrasado e as parcelas serão pagas com mais atraso, chegando a criar um rombo de seis meses nestas entidades, o que é um problema muito sério, pois elas não tem capital de giro suficiente para manter as operações, com isto muitos deixam de receber seus salários.

A segunda tem conseqüências mais perversas, pois os beneficiários, que caso tudo dê certo terão de se sustentar de alguma maneira durante os seis meses da fase de incubação, terão de começar a pensar em como ganhar dinheiro antes do que estava previsto, quando o grupo ainda não está formado para ajudá-lo de alguma maneira. Assim como eles relataram muitos acabam abandonando o curso antes de sua conclusão, para viver de bicos como viviam antes.

Um deles chegou a dizer: “A PMSP está preparada para enfrentar a lei 8666 (lei das licitações), mas não está pronta para lidar com este tipo de organização (referindo-se as IPI).” (Entrevistado A).

Uma insatisfação apontada foi o excesso de organizações que acabaram se tornando parceiras da PMSP, que muitas delas nunca haviam trabalhado com cooperativismo e autogestão.

O excesso de trabalho também foi discutido nas entrevistas, uma das organizações continua trabalhando normalmente, enquanto a outra decidiu não fechar mais nenhuma acordo e trabalhar eficientemente com os grupos que já acompanha.

Uma questão séria apontada foi que nos fóruns de discussão muitas vezes é o palco de legitimação das ações da PMSP, que muitas discussões acabam sendo levadas por horas a fio para a “vontade da PMSP se torne um consenso”. (Entrevistado B).

Um último ponto abordado foi a quantidade de alunos que abandonam o programa a resposta foi a mesma, ao final da bolsa o número de participantes cai consideravelmente.

Entrevista com os cooperados

Efetuamos também duas entrevistas com dois membros de uma cooperativa de limpeza oriunda do Programa Oportunidade Solidária. Esta cooperativa foi, e ainda é, encubada por uma das organizações que realizamos uma das entrevistas com os coordenadores.

É uma cooperativa com 18 membros, a maioria são mães de família que eram empregadas domésticas e perderam o emprego, se conheceram no OS e resolveram se unir. Ainda não é legalizada, presta serviços de limpeza para empresas na região da cidade universitária.

Perguntamos se a renda auferida com a cooperativa é suficiente para o sustento familiar, ambos responderam que a renda é muito baixa, e que em muitos momentos não conseguem pagar todas as contas, mas que é melhor assim do que “vivendo de bicos”.

Atualmente a maior dificuldade é a distância que percorrem de suas casas até os locais de trabalho, que geralmente utilizam dois ônibus, deixando no transporte público uma parcela razoável de suas rendas.

Perguntamos se em algum momento houveram discussões sobre os rumos do programa com todos os envolvidos (IPI, beneficiários e PMSP). A resposta foi negativa.

Perguntamos também qual foi a maior mudança em suas vidas, sem considerar a formação da cooperativa, a resposta foi a mesma para os dois entrevistados, eles voltaram a estudar.

Perguntamos também se eles votariam no PT nas próximas eleições, ambos também responderam que provavelmente votariam.

Finalmente perguntamos se muitos bolsistas abandonaram o curso, a resposta foi que uma parte considerável abandonou o programa ao termino da bolsa ou no início da fase de incubação.

Análise do Discurso

Uma questão inicial é o auxílio monetário aos beneficiários, o Programa OS em si não paga bolsa, porém é destinado aos cidadãos dos programas redistributivos, que recebem este tipo de auxílio; sem isso muitos não conseguiriam participar das atividades propostas pelo Oportunidade Solidária, uma vez que o cidadão depende deste dinheiro para a sua sobrevivência, não podendo abrir mão deste recurso. Assim muitos acabam abandonando o projeto ao término do pagamento das bolsas.

Lembremos que o beneficiário tem um período de mais ou menos quatro meses, durante o curso de formação solidária, para montar um empreendimento com outras pessoas, para assim passar os próximos seis meses em fase de incubação, porém nesta fase o cidadão não recebe bolsa, dessa forma muitos abandonam o projeto para tentar ganhar a vida. O que não é errado, pois sem algum tipo de receita eles não teriam como sobreviver.

Não há uma estatística oficial de quantos abandonam o programa ao final do pagamento das bolsas, porém pelas entrevistas podemos entender que representa um número significativo. Não podemos esquecer que este já não é um processo de formação de cooperativas natural, pois ele induz nos beneficiários do programa a formação da cooperativa, desta forma até o grupo conseguir o entrosamento necessário para a autogestão leva um certo tempo, e o crédito que o grupo possa conseguir não vai ser destinado ao sustento dos mesmos, sendo assim estender a bolsa talvez faça com que alguns consigam terminar o curso e montar um empreendimento.

A busca por indicadores que mostrem a emancipação dos beneficiários, ou mesma a recorrência a emancipação econômica separadamente de outro tipo de emancipação (ponto

este que discutiremos a frente) é a afirmar a presença do economicismo, da unidimensionalidade do conhecimento e como discutimos no referencial teórico pode representar uma barreira a emancipação, por dois motivos: primeiramente não coloca esta iniciativa como alternativa, continua valorizando o modelo ao qual tenta superar, dificultando a criação de relações emancipatórias; segundo a quantificação da emancipação acarretaria a colocar a cidadania como uma acumulação de qualidades e bens, o que retiraria seu caráter conflituoso de busca pela autonomia e mais uma vez seria a institucionalização da liberdade.

Um sério problema apontado pelas entidades é o despreparo do poder público para o cumprimento dos prazos de pagamento do projeto, eles estão sempre atrasados, dessa forma a entidade fica sem dinheiro para pagar seus formadores, precarizado o atendimento ao beneficiário, com esse deslocamento de prazos o curso acaba começando quando o cidadão já recebe o auxílio há algum tempo, com isso o beneficiário desiste do programa antes do término do curso, diminuindo assim a possibilidade de formação de empreendimento. Este é um problema sério que acaba acontecendo na administração pública brasileira como um todo, mas nem por isso ele deve deixar de ser apontado.

Podemos perceber pelo discurso da PMSP sua preocupação com o desenvolvimento local, ela foca a sua ação nos distritos e no município como um todo, seja escolhendo os distritos iniciais que atuou, seja tentando consolidar o Projeto Redes para a construção de cadeias produtivas, porém ao mesmo tempo em que ela prioriza o local acaba por desarticulá-lo.

Como já explicado são as entidades parceiras que organizam a articulação entre seus empreendimentos e a região de atuação, porém não existe uma articulação formal entre as entidades, o que acaba fechando a articulação apenas nos grupos de cada entidade. A PMSP incumbiu as entidades de articular seus empreendimentos com a sua região de atuação, porém não criou uma articulação específica que una os diversos Projetos Redes, uma vez que cada entidade articula o seu Projeto.

As entidades se organizaram independentemente e realizaram alguns encontros para discutir esses Projetos Redes, porém foi muito incipiente não há um espaço formal no qual elas tenham que discutir esses assuntos e articularem os seus Projetos entre si. Desta forma

essa articulação é muito frágil, e praticamente inexistente, não propiciando uma articulação no âmbito do município como um todo, isolando a articulação no “poder” de alcance de cada entidade, criando vários locais em torno dessas diversas organizações, enquanto deveria haver um local, o município de São Paulo, e até mesmo a região metropolitana.

E este isolamento, como apresentado por OLIVEIRA (2001) e SANTOS (2002) pode contribuir para a afirmação das características de dominação já marcantes na cidade, formando uma barreira para a real emancipação dos beneficiários.

A PMSP acertou em atuar de forma ampla consolidando sua atuação em apenas uma secretaria, seus programas procuram atingir o desemprego, e a exclusão social, em suas diversas facetas, atacando as diferentes relações de poder desiguais que afetam o excluído, como nos mostra Boaventura de Souza Santos.

A catalisação dos programas em um único cadastro dividido pela PMSP, e a forma de atuação conjunto do programa como um todo, acabam com a competição das diversas secretarias pelo atendimento do excluído.

Porém a atuação da estratégia paulistana de combate a exclusão pecou em ponto crucial para a emancipação em nossa sociedade. A participação. É ela a única que pode favorecer para a revitalização da esfera pública, a única capaz de estimular o processo conflituoso formador da cidadania.

A participação das comunidades é essencial para a consolidação do desenvolvimento local. Sendo assim a participação dos beneficiários nos fóruns criados para a discussão do Oportunidade Solidária, é importante; podemos considerar que os representantes das entidades levem os anseios dos cidadãos atendidos para estes fóruns, mas não é a mesma coisa pois os formadores não são beneficiários, são em última instância contratados pela Prefeitura. São apenas os beneficiários capazes de se fazer representar e lutar pela sua cidadania.

Devemos lembrar que segundo nossas entrevistas, em muitas ocasiões os fóruns serviram apenas para legitimar a vontade da PMSP, passando por reuniões exaustivas e longas para a

Prefeitura “ganhar no braço”. Este ponto nos faz pensar que esses espaços são apenas para dar um “ar” de participação no projeto, é claro que mudanças importantes no programa ocorreram graças às discussões provenientes desses espaços, porém essa característica não fomenta o conflito e sim contém a discussão de idéias diferentes.

Orientar o programa sob uma perspectiva errônea da emancipação pode transformar o programa em um grande programa de redistribuição, de pagamento de bolsa auxílio aos excluídos. A PMSP considera seus programas emancipatórios pois não pagam bolsa ao indivíduo e sim tentam criar condições para o sustento do cidadão, tenta criar um emprego para ele.

Porém a simples criação da cooperativa não leva a uma sustentabilidade do cidadão, uma vez que as cooperativas são muito frágeis e incipientes, podendo se dissolver, deixando novamente o cidadão desamparado.

Por mais que a PMSP dissemine sua preocupação com uma emancipação social, cultural, política e econômica, suas ações são voltadas para tentativa de superação da suposta dimensão econômica do termo. Pois não há articulação para efetivar uma Emancipação, o fato de muitos beneficiários criticarem os cursos e serem até mesmo contra a atual gestão não indica Emancipação política, se a SDTS realmente estivesse preocupada com essa questão propiciaria a real participação dos beneficiários, pois isto sim contribuiria para o conflito formador da cidadania e da revitalização do público.

Não podemos esquecer que não existe uma emancipação social separada de uma emancipação econômica, não existe emancipação parcelada, como bem atestam ADORNO E HOKHEIMER (1985) em *Dialética do Esclarecimento*. Esta visão parcelada de emancipação contribui para a desarticulação dos cidadãos excluídos, “derretendo” as antigas amarras sociais e prendendo-os na falsa sensação de emancipação

Desta forma a política pública paulistana de combate a exclusão se encaixa no modelo de formalismo proposto por GUERREIRO RAMOS (1983), a cooptação pelo poder público, criando uma mobilidade social vertical, levando o excluído a bolsista dos programas da

SDTS, sedimentando a sua nova amarra social, cooptando os desfavorecidos em seus programas “emancipatórios”, suavizando assim possíveis levantes sociais.

Conclusão

A atuação desta gestão da Prefeitura fez algo nunca antes feito, conseguiu chegar a população mais carente da cidade, criando uma relação com o poder público que antes era inexistente, “valorizando” o poder público e criando a sensação nesta parcela da população que o poder público existe e pode ser um parceiro para superação dos seus problemas. Além de atuar de maneira conjunta atacando o problema por diversos ângulos e eliminando a competição dos programas sociais.

Colocou em prática um projeto político com preocupações emancipatórias, é apenas com a prática que poderemos discutir os avanços conquistados pelas relações emancipatórias e é o único meio para discutirmos e melhorarmos projetos como este.

BAUMAN (2000), como já explicado, defini a modernidade como líquida, em constante alteração, fluida. Pode parecer que esta sociedade é livre sem amarras, pois já derreteu tudo que prendia o homem anteriormente, porém criou novas amarras muito mais fortes que as anteriores, justamente por apresentarem esse caráter fluido e proporcionar uma sensação de liberdade e avanço. A PMSP mesmo que bem intencionada derrete o antigo infortúnio, o descaso do poder público perante esses cidadãos, e prende estes excluídos numa falsa sensação de liberdade e ajuda emancipatória aos mesmos.

É com a mobilidade vertical do formalismo que a PMSP transforma os marginalizados em libertos *de jure*, é através da institucionalização do “beneficiário” que o excluído ganha o desengajamento, perdendo suas intenções para lutar por uma autonomia *de facto*. Com a institucionalização de sua liberdade os excluídos são cooptados pelo Estado, reduzindo as pequenas possibilidades de levante social.

O excluído, marginalizado pelo Estado e sociedade, passa a ser beneficiário de políticas públicas, é desta forma que se torna um indivíduo (BAUMAN, 2000), e limitando a transformação do beneficiário em cidadão.

Bibliografia

ADORNO, Theodor e HORKEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALVES, Mário A. *Organizações Sociais: um estudo sobre o discurso*. 1996. 105p. Dissertação (Mestrado, Administração de Empresas) - FGV/Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo.

ALVES, Mario Aquino. *Terceiro setor: o dialogismo polêmico*. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – 2002. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

ALVESSON, Mats. *Beyond Neopositivists, Romantics and Localists: A Reflexive approach to interviews in organizations research*. *Academy of Management Review*, vol. 28, nº 13-33, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2001.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário da Pensamento Marxista*. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1983.

De OLIVEIRA, Francisco. *Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento?* São Paulo. Instituto Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001.

EAGLETON, Terry. *Ideology*. Londres: Longman, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*, England: Pearson Education Limited, 1995.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática. 1993.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1989.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Administração e o contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1983.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2002.

MORGAN, G. Paradigms, metaphors and puzzle solving in organizational theory. Administrative Science Quarterly, vol 25, nº 605-622, 1980.

POGREBINSCHI, Thamy. Emancipação: um conceito em busca de uma teoria, 2004 disponível na <http://www.cienciapolitica.org.br/Thamy%20Progrebinschi.pdf>.

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social. São Paulo. Cortez, Fundação Perseu Abramo. 2002

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

SANTOS, Boaventura (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SPINK, Peter. O lugar do lugar na análise organizacional. In: Anais do ENEO 2000. 1o Encontro de Estudos Organizacionais. Curitiba : GEO/ANPAD, 2000, 15 pp. CD-ROM.

SÃO PAULO (município), Lei n.º 13.164, de 05 de julho de 2001. Dispõem sobre a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 17/07/2004.

SÃO PAULO (município), Portaria da STDS 03/01, 15 de agosto de 2001. Dispõem sobre a criação do Programa Oportunidade Solidária. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 17/07/04.

SDTS, 2004, disponível na
[www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br/modules.php?name=Sections&op=viewarticle&artid=](http://www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br/modules.php?name=Sections&op=viewarticle&artid=1)
[1](#) acesso em 17/07/2004

SDTS, Termo de Compromisso de Cooperação (TCC). São Paulo, 2002

VAN DIJK, Teun. Cognição, discurso e interação. São Paulo: Contexto. 2000.